



Juiz de Fora, 02 de outubro de 2022

Prezada Comunidade,

Neste ano, a APES completou 44 anos de luta em defesa da educação pública. A APES é uma seção do ANDES-SN. A sua diretoria é composta por 7 integrantes, eleitos pelos sindicalizados e sindicalizadas a cada dois anos. As assembleias docentes organizadas pela APES são abertas à participação de todos os professores e professoras do IF Sudeste MG, configurando-se como principal instância deliberativa do sindicato. Constitui-se, também, como parte integrante do funcionamento da APES, o Conselho de Representantes, eleitos também pelos sindicalizados e sindicalizadas, a cada dois anos. O mandato da diretoria e dos membros do conselho de representantes é de 2 anos, sendo permitida uma recondução.

No âmbito do ANDES, a APES participa nos congressos da categoria, com ocorrência anual – o Congresso do ANDES e o CONAD. Nos congressos, definem-se as políticas para as lutas da categoria no ano que se segue. Para além desses encontros, estamos presentes nas reuniões ao longo do ano, junto ao setor das federais, nas dependências do ANDES-SN.

A APES esteve presente em várias lutas da categoria nos últimos anos. Contra a implementação da Ebsers nos Hospitais Universitários. Contra os projetos de reforma da previdência. Contra a PEC de congelamento do teto dos gastos. Contra a PEC 32, que pretende impor uma reforma administrativa. Contra o congelamento salarial, que pela inflação já corroeu mais de 30% dos nossos salários. Contra os ataques à liberdade de cátedra e aos ataques virulentos do escola sem partido. Nas campanhas a favor da autonomia universitária, a favor da ampliação dos investimentos na educação pública. Contra os cortes implementados no setor da educação nos anos de 2015 a 2022. Mobilizou-se contra o projeto Future-se. No período da pandemia, tem participado ativamente na defesa de princípios garantidores da vida em sociedade, foi a favor do isolamento social quando necessário e segue na defesa intransigente de princípios que garantam a qualidade da educação e a universalidade de acesso para todos da comunidade em tempos de arranjos provisórios diante dos desafios da pandemia da COVID-19. Além de problematizar nos âmbitos e nos fóruns possíveis o tema das condições de trabalho dos docentes durante e no pós-pandemia.

A APES luta contra outro ataque brutal do governo federal, que ocorreu contra os institutos federais: A publicação da Portaria 983, em novembro de 2020. Uma tragédia para

a carreira EBTT, que fere o princípio constitucional da autonomia das Instituições Federais de Ensino. Caso seja implementada pelos institutos, representará um enorme retrocesso no que se refere às condições de trabalho e para qualidade e indissociabilidade do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, à medida em que visa ampliar significativamente o tempo docente em sala de aula e tenta instituir o controle eletrônico de frequência para docentes. A naturalização do conceito de ponto eletrônico também é gravíssima, pois inexistente qualquer fundamento jurídico que legitime a disparidade estabelecida no tratamento conferido aos professores do ensino superior e do ensino básico, técnico e tecnológico, quanto a implementação de controle de frequência. A APES segue denunciando a Portaria 983 nas ruas, realizando reuniões com a base, com a reitoria do IF Sudeste MG e com parlamentares que apoiam a revogação da portaria e realizando campanhas de conscientização da categoria docente sobre o tema.

No âmbito do Instituto Federal, a APES participa do Fórum Intersindical, composto pelas entidades representativas no IF Sudeste MG. Neste espaço, várias decisões ocorreram e foram apresentadas em diversos contextos à reitoria e às direções de Campus do IF.

APES: em defesa de um projeto de educação emancipador

A APES, ao longo da sua história, vem reafirmando os seus princípios de luta na defesa da educação pública. Razão motivadora da sua instituição. Como uma associação docente, tem como causa maior a defesa da categoria docente e corrobora um projeto de educação que defende a sua qualidade, a sua gratuidade, a sua laicidade e sua orientação na direção da emancipação social dos sujeitos brasileiros. A APES corrobora que a educação é um direito de todas e todos e um dever do Estado brasileiro. Compreende que as esferas de ensino, pesquisa e extensão praticados nas Instituições Federais de Ensino Superior se interpenetram e devem servir como instrumentos para a emancipação dos sujeitos nos vários âmbitos de expressão da sua existência.

Através das ações de resistência dos docentes e das docentes ao longo do tempo, com sua presença expressa em corpos, palavras, gestos e ações construídos por decisões amparadas por livre debate nos fóruns abertos e democráticos de decisão, perfilados nas assembleias e conselhos, a APES estampou a persistência da disputa entre projetos de educação presentes à realidade brasileira. Em várias situações, fomos desafiados pela variação dos interesses dos diversos atores políticos das épocas que teimavam e teimam em colocar em questão a vigência de princípios norteadores para a efetivação de um ideário de educação. A APES defende um projeto de educação que conjugue as premissas para a conquista de um presente pleno de vida e oportunidades para os recém chegados ao mundo, com condições de trabalho para a categoria docente que reconheça a importância decisiva dos trabalhadores da educação neste contexto de conquista e construção para a viabilidade de um mundo, no qual natureza, processos de produção de bens e serviços e produção de

sujeitos harmonizem-se em um modo de ser e estar no e com o mundo na sua diferença estrutural. A luta em questão expõe o perspectivar de um mundo.

Contudo, a desconstrução em curso que se aprofunda neste momento, alinha-se aos interesses que disputam a hegemonia do presente no nosso cotidiano de ação. A persistência dos interesses de grupos de capitais organizados pesa sobre a esmagadora maioria dos sujeitos, submersos na manutenção imediata da sobrevivência, reféns de uma vida da sociedade do desempenho, como meio de efetivação da sociedade do espetáculo e do consumo, na era da pós-verdade e do avanço do neoliberalismo no impulso de financeirização do capital e dos processos.

Na ordem do dia, a patente alienação de si, mediada pelo fetiche da mercadoria, ascende como finalidade última do existir para os sujeitos e na oferta de uma educação mediatizada por tecnologias da informação no intuito de precarizar, no ritmo veloz da transmissão dos algoritmos, o projeto de emancipação dos sujeitos. No mesmo instante em que as premissas do capitalismo financeiro planificam a geografia do planeta, conjuga-se a retirada maciça de direitos fundamentais dos trabalhadores ao redor do mundo. Agora, todos são convidados a se reconhecerem como os únicos responsáveis pela construção das condições de suas sobrevivências. Em alto e bom som, a síntese que sou, é o resultado daquilo que fui e nada mais. Por fim, sujeitos atomizados se exibem.

Neste sentido, tomamos como bandeiras de luta, a defesa da autonomia docente, a defesa da gratuidade e qualidade da educação pública, a defesa da universalidade de acesso para todos, a defesa da inclusão de todos, a defesa da carreira docente, de condições de trabalho dignas, a defesa de recursos públicos suficientes para a garantia de oferta de uma educação que corrobore no projeto de construção de um ideal que fomente e amplie os horizontes de oportunidade para o nosso povo, com fins à superação do severo quadro de desigualdade social brasileiro. As bandeiras sinalizam os perigos em disputa e o sentido para as nossas ações. Lutamos também pela afirmação das diferenças, contra o racismo estrutural, o machismo, a homofobia e o fascismo presentes ao nosso tempo. O sentido da luta dirige-se para a conquista de uma educação que não dicotomize as relações entre ensino, pesquisa e extensão e tome a produção científica e tecnológica como meios para a emancipação dos sujeitos. Uma educação capaz de fomentar o desenvolvimento das condições para a emancipação e a assunção de sujeitos rumo à desnaturalização das suas submissões cotidianas, como a face mais aguda do sofrimento do seu ser social.

Necessário destacar a importância que o IF Sudeste MG tem para a construção desse ideário de educação, quando desde a sua criação tem conjugado as necessidades da oferta da educação profissional e tecnológica com as demandas para a conquista de uma cidadania ativa e participativa para atuar na jovem democracia brasileira.

Em razão destas considerações a APES apresenta-se à comunidade do IF Sudeste MG para concorrer a uma das cadeiras para a representação sindical no seu Conselho Superior. Reforçamos o nosso desejo e compromisso em defender as aspirações da nossa categoria no âmbito institucional. Cordiais saudações sindicais.